

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE PARA  
OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO: Projeto de LPP da UEG no Norte  
Goiano (1999-2001)**

**Edna Lemes Martins Pereira**

Esta Tese teve como objetivo geral desenvolver estudos sobre a influência do projeto neoliberal nos processos de reforma educacional que surgiram no contexto de globalização, em especial, na formação de professores de História da Educação Básica no Projeto de Licenciatura Plena Parcelada (PLPP) /UEG da UnU de Porangatu, turma única (1999-2001). A relevância social do tema está na importância do PLPP para os professores da Região do Norte Goiano que atuavam sem formação em nível superior até o ano de 1999, período da criação da UEG e da implantação do Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação (UTE). O problema de pesquisa refere-se à identificação dos impactos do PLPP/UEG na formação em serviço dos professores do curso de História do Norte Goiano, ministrado na UnU de Porangatu/UEG.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais, Universidade para os Trabalhadores da Educação; Formação de Professores, Licenciatura Plena Parcelada em História.

A fim de compreender a complexidade que envolve as políticas de formação de professores para as diversas instituições de ensino superior do Brasil, e especialmente para a UEG, o Projeto PLPP foi escolhido para ser investigado e teve por *objetivo geral* desenvolver estudos sobre a influência do projeto neoliberal nos processos de reforma educacional que surgiram no contexto da globalização, em especial, na formação de professores de História da educação básica pelo PLPP/UEG da UnU de Porangatu. Os objetivos específicos são (foram) os seguintes:

- a) Mapear a expansão do ensino superior no Brasil e em Goiás, bem como o processo de interiorização da universidade pública estadual.
- b) Analisar as potencialidades e os limites na formação em serviço dos professores de História, em sua profissionalização docente.
- c) Compreender a importância do Programa LPP para os professores de História da

Região Norte Goiana.

O problema de pesquisa referiu-se à identificação dos impactos do PLPP/UEG na formação em serviço dos professores do curso de História do Norte Goiano, ministrado na UnU de Porangatu/UEG. Os sujeitos da pesquisa são 12 professores/egressos do curso.

O método do Materialismo Histórico Dialético orientou esta investigação, visando atingir os objetivos propostos. A opção pelo Materialismo Histórico Dialético deu-se por ser ele um método que busca captar a totalidade em movimento, considerando a História, que nesta pesquisa volta-se para a formação de professores de História por meio do PLPP implementado no Polo de Porangatu. A compreensão da totalidade em movimento está assentada na *dialética*, entendida e explicitada por Brzezinski; Carneiro e Mesquista (2007, p. 6), como

[...] a forma de compreender as contradições da realidade. Pensar o movimento do real é pensar a dinâmica interna dos elementos que são negados pelo seu contrário, que por sua vez, é negado e superado por novos elementos, em uma sequência de afirmação, negação e superação.

Adotou-se como método o materialismo histórico dialético, a pesquisa qualitativa, com análise de questionários e análise de conteúdo. As categorias de análise que emergiram da sistematização dos dados empíricos são: Políticas Educacionais, Formação de Professores e Profissionalização docente do professor de História. São resultados da pesquisa: a UEG interiorizou o ensino superior público em Goiás qualificando em serviço pelo PLPP aproximadamente 65% de docentes que atuavam na educação básica sem cursos em nível superior. Garantiu aos professores de História da Região do Norte Goiano certificações em nível superior, vantagens de cargos e salários, participação em concursos públicos e em cargos de confiança, mudanças em sua autoestima e em sua postura e exercício profissional, fatores essenciais para a construção de seu profissionalismo.

Os eixos orientadores desta pesquisa compreenderam: a) a concepção de Políticas Educacionais, b) Interiorização do Ensino Superior, c) Universidade para os Trabalhadores da Educação; d) Formação de Professores, e) Licenciatura Plena Parcelada em História.

A educação no Brasil e na América Latina, nas últimas décadas, sofreu inúmeras modificações principalmente relacionadas ao seu papel de centralidade para o desenvolvimento de seus países. As políticas educacionais passaram a fazer parte da pauta de discussões mundiais, prevenindo que somente a educação seria capaz de impulsionar o desenvolvimento comercial, industrial e tecnológico.

Esse processo de mudanças na educação foi capitaneado por organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) que, no contexto neoliberal, visava extrair lucro dos países que estavam condicionados a vultosos empréstimos e que não se preocupavam com dívidas e taxas de juros contraídos para atingir o desenvolvimento a qualquer preço.

Qualificar a força de trabalho para atender à demanda do final do século XX e início do século XXI passou a ser papel da educação, que deveria proporcionar aos cidadãos os requisitos mais densos de leitura e escrita, manejo de tecnologias sofisticadas, que como desejam os capitalistas, aumentam a produtividade e reduzem os custos, derivados da exploração dos trabalhadores.

Para preparar as diversas categorias de profissionais e incentivá-las a se lançarem no mercado, a premência recaiu na categoria de professores formados nas diversas áreas, com ênfase especial para a parte que atuava na educação básica. Para tanto, os organismos internacionais passaram a investir também nas diretrizes educacionais relacionadas à formação de docentes no Brasil. O BM tinha, como principais diretrizes na condução das políticas educacionais, critérios de cunho mercantilista, tais como produtividade, adaptabilidade, qualificação, flexibilidade, capacidades básicas, capacidade para estabelecer boas relações na equipe, competências moldadas tanto nas empresas como nas instituições educacionais, objetivando sucesso centrado na tríade custo/benefício/resultado.

Como, notadamente, as políticas do BM focavam resultados, a orientação dada aos países em desenvolvimento era para que as políticas educacionais investissem no ensino básico, abrindo oportunidades para a privatização e a mercantilização do ensino médio e superior. Essa orientação facilitou a expansão de instituições privadas em todo o País, incluindo-se o Estado de Goiás, privando a população, de modo geral, de qualificação em cursos de nível superior públicos até o final do século passado.

A concentração das universidades públicas nas maiores cidades e nas capitais dos Estados brasileiros e a ausência de instituições de ensino superior públicas no interior do País são fatores que impulsionaram a formação docente em nível superior

bem como as discussões feitas pela categoria de profissionais da educação. A reivindicação de ensino público gratuito em Goiás e no Brasil foi bandeira de luta de movimentos sociais, associações de profissionais da educação e entidades estudantis e sindicais. Neste contexto, foram elaboradas a LDB/1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores (DCN), porém com forte conotação neoliberal.

Conseqüentemente, a implementação da LDB/1996 e a obrigatoriedade da formação de professores em cursos de nível superior para atuar na educação básica dela decorrente, forçou os Estados brasileiros a investirem na formação de professores. Em Goiás, essa exigência, aliada às lutas dos movimentos de professores a favor da criação de uma universidade estadual pública e interiorizada, favoreceu a criação da UEG em 1999 pela incorporação de faculdades isoladas (autarquias) existentes no interior do Estado. Quando foi implantada, a UEG ampliou seus cursos e expandiu-se para outros municípios goianos, contando atualmente com 42 unidades universitárias e diversos cursos.

A UEG interiorizou-se. Por isso, mantém-se como a principal instituição responsável pela oferta de ensino superior público e gratuito no interior de Goiás. Esta IES ampliou significativamente seus cursos ao desenvolver o *Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação* (UTE) em parceria com a SEE/GO, Prefeituras Municipais e sindicatos de professores. Este desafiante Programa possibilitou a capacitação em serviço de aproximadamente 65% de docentes da rede pública que atuavam sem formação em cursos de licenciatura.

O Projeto Licenciatura Plena Parcelada (PLPP), *a Parcelada*, surgiu junto com a UEG, em 1999, como proposta alternativa aos cursos regulares. Tinha por finalidade criar cursos emergenciais públicos de licenciatura destinados às pessoas que já atuavam em atividades docentes na educação básica nos sistemas estaduais, municipais e na rede privada de Goiás. Essas pessoas, embora exercessem a função de “professores”, não eram adequadamente qualificadas para o exercício da docência. A inexistência de pessoal formado em licenciatura foi ocasionada pela impossibilidade de eles se deslocarem para os centros mais populosos onde os cursos eram normalmente realizados.

O projeto matriz de Licenciatura Plena Parcelada (PLPP) foi significativo para a delimitação do objeto desta investigação: Projeto de Licenciatura Plena Parcelada para professores de História da Região Norte de Goiás. A implementação dessa LPPP para uma turma de 50 professores/cursistas, residentes em 14 municípios, qualificou todos

aqueles que lecionavam em 34 escolas da Região Norte de Goiás, contribuindo ainda para interiorizar e democratizar o ensino superior em Goiás.

Essa ousada iniciativa, que enfrentou obstáculos de toda ordem em razão de escassas condições de oferta, favoreceu a disseminação do Programa UTE que propiciou a formação de professores em nível superior na Região Norte goiana, tornando-os aptos a exercerem a profissão-professor de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental (hoje do 6º ao 9º ano) e ensino médio, nas áreas a seguir: 1) História e Geografia; 2) Química, Biologia e Matemática; 3) Letras, habilitação em Português e Inglês; 4) Educação Física; 5) Pedagogia, com habilitações em Alfabetização da Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Supervisão Escolar.

A implementação do Projeto LPP além de atingir seu objetivo fundamental – formar professores que exerciam a docência sem estar qualificados na formação inicial e de abrir espaços formativos para outros interessados na educação – cumpriu a exigência da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que, em seu Art. 87, § 4º, previa que até o final da Década da Educação só seriam admitidos no sistema educacional público de ensino aqueles professores licenciados em curso superior ou capacitados em serviço.

Na Região do Norte Goiano, o Projeto de LPP em História ministrado no período 1999-2001, possibilitou aos seus egressos a condição de profissionalizarem-se com domínio dos saberes profissionais, disciplinares e curriculares, que aliados à experiência, provocaram mudanças em sua ação pedagógica. O Projeto Político Pedagógico do Curso toma por base a ênfase na aquisição de competências voltadas para uma prática reflexiva de sua atividade docente.

No que tange ao exercício da profissionalização, Brzezinski, Carneiro e Brito (2005) reiteram que o Programa UTE assegurou aos professores suporte legal e certificação em nível superior para o exercício da profissão-professor em diversas disciplinas, que passam também pelo domínio do saber científico, além do domínio do conteúdo específico de História, do domínio do saber pedagógico, do saber político e do domínio da interdisciplinaridade, conforme propugna Brzezinski (2002).

[...] o domínio científico requer um processo de formação que inclui o desenvolvimento de pesquisas que levem em conta as mudanças dos paradigmas da produção do conhecimento de modo que os professores, além de dominarem o conhecimento científico de sua área de saber, possam construir os conhecimentos que irão ensinar, tratando-os pedagogicamente (BRZEZINSKI, 2002, p. 21).

Paralelamente ao suporte legal via certificação e domínio dos diversos saberes, o curso proporcionou melhores oportunidades de cargos e salários, valorização pessoal e social, ampliação de sua rede de relações profissionais, troca de experiências entre outras, como declararam as professoras P2 e P5

Foi muito bom, tive oportunidade de participar de outros cursos de graduação e de concurso público.

Depois do curso fui mais valorizada pelos colegas e alunos. Assumindo inclusive cargo de coordenadora pedagógica e de diretora por dois mandatos.

Em relação ao objetivo geral desta tese de desenvolver estudos sobre a influência do projeto neoliberal nos processos de reforma educacional que surgiram no contexto de globalização, em especial, na formação de professores de História da educação básica no PLPP/UEG da UnU de Porangatu, constatou-se que apesar dos restritos recursos financeiros investidos, característica própria das políticas neoliberais, em um Estado Mínimo como o Brasil, implantadas para preparar trabalhadores para atender ao mercado de trabalho a baixo custo, a UEG criou espaços de formação superior e de profissionalização docente para um grande contingente de professores. Até março de 2012, os dados oficiais da UEG revelavam que 24.506 foram graduados em cursos emergenciais em todo o Estado de Goiás. Na UnU de Porangatu foram certificados 753 docentes da Região Norte do Estado, incluídos os 50 egressos do curso de LPP em História.

Concorda-se com Brzezinski, Carneiro e Brito (2005) quando asseguram que o PLPP “[...] constitui-se uma revolução silenciosa”, que gradativamente vai modificando a identidade dos profissionais da educação do Estado de Goiás, como ratifica P8

O curso proporcionou, para nós professores de História, não somente aperfeiçoamento em curso superior, como também, mais segurança do conhecimento transmitido, maior reconhecimento social e profissional, valorização pessoal, valorização salarial.

É preciso reconhecer a importância do papel social e educativo da UEG nesse processo de interiorização do ensino superior, atribuindo-lhe seu devido valor no sentido de que essa Universidade se dispôs a formar os professores das redes públicas estaduais e municipais, dando oportunidade, principalmente, para aquelas pessoas das regiões mais longínquas da capital, como é o caso da Região Norte do Estado, de se

tornarem professores legalmente reconhecidos.

Os licenciados egressos do Curso de História, por diversos anos, atuavam em salas de aula da educação básica e só conseguiram realizar sua formação quando o Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação foi até eles. Em que pesem a necessidade e a justiça em reconhecer que existiram muitas deficiências, sobretudo, do ponto de vista da qualidade social. Na realidade, o curso de História da UnU Porangatu propiciou modificações na prática pedagógica de seus egressos, bem como em suas concepções de ensino de História em relação ao planejamento de suas aulas e no uso de metodologias de ensino, em decorrência do conhecimento da prática reflexiva, com base na ação-reflexão-ação, adquirida.

Os egressos reconhecem, conforme dados analisados, que o curso fortaleceu seu comprometimento com a formação dos cidadãos e com o desenvolvimento de pesquisas, elevando sua autoestima, como demonstra P 2:

A partir do curso, preocupei mais com o planejamento de minhas aulas, passei a ter mais argumentação teórica e uma atuação mais eficiente. Senti que os colegas passaram a me valorizar e me respeitar de igual para igual; os alunos também olhavam para as novas aulas com mais curiosidade e com gosto pelo ensino de História.

A mudança no modo de se posicionar frente à docência, isto é, a mudança na postura, foi percebida, na prática, pelas narrativas escritas como respostas às perguntas abertas dos questionários, momento em que os professores/cursistas apontaram os limites e as potencialidades da formação em serviço.

O método do Materialismo Histórico Dialético favoreceu as análises quantiquantitativas, propiciando o entendimento do PLPP como fruto do contexto histórico que possibilitou, em parte, a implementação da LDB/1996. Em consequência, a formação por meio de um Projeto Emergencial é repleta de movimentos e interesses de grupos antagônicos, isto é, de um lado, o Estado interessado em cumprir a Lei, em cumprir suas promessas eleitoreiras, mas destinando poucos recursos para a execução do Projeto. De outro, as associações, sindicatos, entidades estudantis e religiosas da sociedade civil organizada, que lutaram pela descentralização e interiorização do ensino superior em Goiás, e, em particular, o interesse dos professores em realizar sua formação inicial.

A escolha do Método favoreceu captar a totalidade do objeto formação de professores de História do PLPP implementado no Polo de Porangatu, contribuiu na

análise das contradições explicitadas nas respostas dadas pelos respondentes, em confronto com o contexto, as referências e o exposto no Projeto de LPP. O Método favoreceu ainda, o entendimento e a compreensão de que, apesar dos limites impostos pela ausência de uma política de formação de professores nos últimos anos em Goiás e do imprevisto decorrente da falta de recursos, como verificado nas análises, o curso de História interferiu positivamente na formação inicial e na profissionalização dos professores/cursistas.

A pesquisa qualitativa e a interpretação feita à luz da *análise de conteúdo*, associadas ao uso de dados coletados por meio de questões abertas e fechadas disponibilizadas pelos questionários aplicados, favoreceram a elaboração dos fundamentos que garantiram a emergência e sustentação das categorias de análise desta tese: Políticas Educacionais, Formação de Professores e Profissionalização Docente. Estas categorias permitiram revelar as potencialidades e as fragilidades da “formação em serviço”, realizada por um curso de finais de semana e de período de férias,

Se as mais expressivas potencialidades consistiram na interiorização do ensino superior e na quantidade de professores formados em tempo menor do que o destinado aos cursos regulares, as fragilidades do PLPP em História foram inúmeras: escassez de investimentos financeiros do Estado na UEG, estrutura e espaço físico da UnU Porangatu inadequado para o funcionamento das atividades, acervo deficiente da biblioteca, inexistência de auditório para as atividades pedagógicas do curso (seminários, encontros pedagógicos e outros), omissão na assistência aos professores/cursistas com recursos para acomodação, deslocamento, alimentação e creche para os filhos dos estudantes, entre outros.

No que diz respeito ao período em que o curso foi ofertado, as queixas eram motivadas pela sobrecarga de atividades (leituras, relatórios, produção de textos, pesquisas) somadas ao exercício docente do dia a dia da educação básica (planejamento, avaliações para elaborar e corrigir), exigindo esforços desmedidos e saúde redobrada dos cursistas, conforme apontam P6 e P1, respectivamente.

Embora tivéssemos empolgados com o curso, com os colegas e professores, com toda a euforia de estar fazendo uma faculdade, sinto que [o curso] ficou a desejar no sentido de que precisávamos de mais tempo para dedicar aos estudos, aos trabalhos extraclasse, pois ficávamos cansadas, e na segunda feira: trabalho na escola e mais atividades do curso...

Vejo como pontos negativos: a falta de tempo para dedicação integral aos estudos; o fato de ser fora da cidade de origem, o deslocamento, a hospedagem de qualquer jeito, estudo no período de férias e finais de semana, longe da família. Tudo isso, tornou o curso muito cansativo, uma vez que foram três anos nesta peleja.

Na percepção dos doze professores egressos informantes, as fragilidades do curso relacionam-se principalmente à questão financeira, ao caráter emergencial do Programa, que necessitava habilitar em tempo recorde um grande percentual de professores. A este respeito Gatti e Barreto (2009), destacam o seguinte.

Calculava-se que, com os cursos regulares existentes, o tempo para complementar a formação dos professores em exercício, em nível médio e superior, demandaria várias décadas, em razão do volume de docentes em exercício que necessitariam dessas formações. As justificativas dos diversos programas sustentavam que os sistemas públicos de ensino não poderiam esperar tanto tempo para alcançar maior qualificação escolar de seu corpo docente (GATTI; BARRETO, 2009, p. 180).

Os doze professores que colaboraram com a pesquisa foram unânimes em destacar que apesar de todos os problemas relacionados e a escassez de recursos aplicados pela Universidade e pelo Estado, a luta das associações de professores e da comunidade foi providencial, pois propiciaram a criação dos cursos de LPP para professores da rede pública do Estado que, até então, não tinham tido a oportunidade de cursar o ensino superior. Apesar do esforço e do cansaço, a formação contribuiu para modificar atitudes. De acordo com Brzezinski, Carneiro e Brito (2005, p. 262).

[...] estes professores por questões de sobrevivência, têm de compatibilizar trabalho e formação profissional [...], embora sejam reconhecidas certas limitações o Programa LPP constitui uma experiência singular para esses professores, pois procura responder da melhor maneira possível a esta realidade, criando a oportunidade da permanência no trabalho e de qualificação, nos finais de semana, feriados e parte das férias.

A avaliação feita pelos autores citados é confirmada por declarações do P10 egresso respondente. Ele afirmou:

Foi importante no sentido que possibilitou acesso ao ensino superior e crescimento intelectual em áreas específicas.

Apesar das dificuldades, o curso foi ótimo, pois, de outra forma, seria impossível fazer uma faculdade. A partir do curso, passei a ministrar aulas mais dinâmicas, com recursos pedagógicos diferenciados e com

mais segurança. Passei a me dedicar mais a pesquisas diversificadas relacionadas aos conteúdos ministrados.

Sabe-se que o curso superior, considerado hoje como curso de formação inicial, habilita o professor, mas é insuficiente para o desenvolvimento pleno do trabalho docente e da carreira profissional. Adverte-se que se espera que os professores aperfeiçoem-se cotidianamente e que sejam favorecidos por políticas prioritárias de formação continuada, que encontrem condições adequadas de trabalho, de recursos físicos e materiais, ambiente e clima propício ao trabalho docente, práticas de organização e gestão, remuneração compatível com a natureza e as exigências da profissão.

A formação inicial oferecida pelo Estado de Goiás, em parceria com a UEG, diminuiu em parte o problema da educação em Goiás, principalmente com a formação de docentes de cidades interioranas. Entretanto, assistiu-se em Porangatu e regiões próximas a uma insatisfação pelo não acompanhamento dos já habilitados, mas que vislumbraram a continuidade de seus estudos e qualificação continuada em cursos *stricto sensu*, tão discutida na sala de aula pelos professores do curso de História.

Avalia-se que a realidade educacional, hoje, da cidade de Porangatu e Região Norte de Goiás é diferente da realidade da década de 1990. Porangatu tornou-se um polo educacional, oferecendo escolas de educação básica que atendem à população local e cidades circunvizinhas, embora ainda a maioria das ofertas de cursos sejam de licenciatura, o que impede que grande parte da população jovem das camadas populares esteja na UEG.

Investimentos na educação do município de Porangatu e municípios vizinhos são necessários, como se deu ênfase no Capítulo IV, pois inexistem cursos profissionalizantes e bacharelados em Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

A proposta desta tese foi tentar incitar novas pesquisas relacionadas aos cursos de formação de professores em LPP e regulares na Região Norte do Estado, favorecendo a criação de políticas de acompanhamento e formação continuadas para os egressos, bem como a elaboração de projetos em parceria com a SEE e UEG para a oferta de uma pluralidade de cursos de graduação, pós-Graduação *lato* e *stricto Sensu* na UnU de Porangatu e na Região do Norte Goiano.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** n.º 9394/1996.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 2 reimp. da 1 ed. São Paulo: 70, 2011.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto, 1994.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** n.º 9394/1996.
- BZEZINSKI, Iria (Org.). **Profissão professor**: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002.
- BRZEZINSKI, Iria. CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes; MESQUITA, Maria Cristina Dutra. **Gestão: A avaliação institucional em uma universidade pública**. Anpae. 2007. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/179.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/179.pdf). Acesso em: 09/02/2014.
- BRZEZINSKI, Iria; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes; BRITO, Wanderley Azevedo de. **Pesquisa em avaliação institucional: uma experiência na Universidade Estadual de Goiás**. Anápolis: UEG, 2005.
- CABRAL NETO, Antônio et. Al. (Orgs.). **Pontos e contrapontos da política educacional**: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro, 2007.
- CORAGGIO, J. L. **Propostas do BANCO MUNDIAL para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?** In: TOMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.
- GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Universidade Estadual de Anápolis. **Projeto Emergencial de Licenciatura Plena Parcelada**. Anápolis, jan. 2001.
- SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. **Revista Brasileira de Educação** [online], Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155. jan./abr., 2009.
- SOAREES, Maria Clara Couto. **Banco Mundial: políticas e reformas**. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, M. Jorge; HADDAD, Sérgio. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Vieira, CORBALÁN, Maria Alejandra (Orgs.). **Dimensões da Educação Contemporânea**. São Paulo: Alínea, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto, MORAES, Marília Celia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro. RJ: Lamparina, 2007.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Marx e o método**. São Paulo: Moraes, 1994.